

## UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE NA CASA DE CULTURA ILÉ ASÉ D'OSOGUIÃ

Sueli Alves G. De Souza <sup>1</sup>  
Eric de Lucena Barbosa <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões e análises acerca da discussão sobre identidade afro-brasileira em um contexto de ONG que promove atividades educacionais com crianças. Buscou-se perceber como as vivências no espaço da Casa de Cultura favorecem ou não a discussão sobre identidade negra. A partir daí, emergem neste trabalho os seguintes desafios a serem respondidos: Como se constrói os processos identitários na Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã e quais as formas de representatividade e resistência? De que forma as discussões sobre identidade cultural aparecem na Casa de Cultura? Como a Casa de Cultura trabalha as temáticas que se relacionam com a identidade e negritude? Assim sendo, tem-se como objetivo analisar a construção da identidade étnica e cultural na Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã. Nesse intuito, tendo como público-alvo os dirigentes da casa, colaboradores, mães das crianças e jovens assistidos pela Casa de Cultura Ilé Asé de D'osoguiã. Como procedimentos metodológicos foram adotados o método etnográfico, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizada com onze sujeitos participantes. A pesquisa mostrou uma forte influência da cultura afro-brasileira representada através da religiosidade, essencialmente, o candomblé. Observamos que, apesar do caráter religioso, a Casa de Cultura não atende apenas adeptos das religiões de matriz africana, promovendo ações assistencialistas para toda a comunidade circunvizinhas. Concluímos que existe uma tríade que reuni Terreiro, ONG e Residência dos dirigentes, essa tríade perpassa todas as decisões e ações que o espaço, enquanto ONG precisa tomar. Sendo assim, é possível notar que nasce da raiz religiosa o desejo de seus dirigentes de promover a cultura afro-brasileira, a busca por empoderamento e ações sociais.

**Palavras-chave:** Identidade, Candomblé, Cultura, ONG, Resistência

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, [@suelialves\\_2009@hotmail.com](mailto:@suelialves_2009@hotmail.com);

<sup>2</sup>Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidad Autonoma de Asunción - UAA, [eric.luba@hotmail.com](mailto:eric.luba@hotmail.com);



## 1- INTRODUÇÃO

As discussões contemporâneas sobre identidade, raça e pertencimento étnico-cultural têm mobilizado significativos debates acadêmicos e políticos no cenário brasileiro. Tais reflexões emergem da necessidade de problematizar estruturas históricas de opressão racial, sistemas de representação social e processos de invisibilização que atravessam as experiências das populações afrodescendentes. Nesse contexto, organizações da sociedade civil têm desempenhado papel fundamental na promoção de ações educativas, culturais e políticas voltadas à valorização da negritude e ao combate às múltiplas manifestações do racismo.

O presente trabalho investigativo tem como foco a Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã, organização não governamental localizada na comunidade Valentina de Figueiredo, município de João Pessoa, Paraíba. Esta instituição desenvolve atividades socioculturais orientadas pela perspectiva da cultura afro-brasileira, articulando dimensões educacionais, assistenciais e religiosas. A escolha deste lócus de pesquisa justifica-se pela singularidade de sua configuração: trata-se de um espaço que unifica simultaneamente terreiro de candomblé, organização do terceiro setor e residência de suas lideranças, constituindo arranjo institucional complexo e multifacetado.

A problemática que orienta esta investigação estrutura-se em torno dos seguintes questionamentos: Como se constroem os processos identitários na Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã e quais formas de representatividade e resistência emergem desse contexto? De que maneira as discussões sobre identidade cultural afro-brasileira se manifestam nas práticas cotidianas da instituição? Quais estratégias pedagógicas são mobilizadas no tratamento de temáticas relacionadas à negritude e ao enfrentamento do racismo? Para responder a estas indagações, estabeleceu-se como objetivo, analisar os processos de construção da identidade étnico-cultural no âmbito da Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã. Especificamente, buscou-se: compreender os mecanismos de representatividade e resistência desenvolvidos pela instituição; identificar as formas pelas quais as discussões sobre identidade cultural se articulam nas práticas educativas e examinar as estratégias institucionais de valorização da negritude e combate ao racismo estrutural.

Originalmente, a investigação seria desenvolvida na Escola Municipal Lina Rodrigues, comunidade do Gurugi, município do Conde/PB. A motivação para esta escolha surgiu após participação em atividade cultural denominada "Coco de Roda da



Ana", manifestação popular que envolve crianças e adultos no propósito de manter viva a memória do quilombo do Ipiranga. A experiência proporcionou observação de elementos culturais significativos: o gingado corporal, a musicalidade, o entusiasmo dos moradores evidenciava apropriação orgulhosa de herança ancestral. A proposta contemplava investigar o Programa Novo Mais Educação, implementado na referida escola, que desenvolvia oficinas direcionadas à cultura afro-brasileira, incluindo Coco de Roda, Maculelê e Capoeira. Todavia, sucessivos adiamentos na execução do programa federal ao longo de 2018 inviabilizaram a realização da pesquisa conforme planejado, exigindo redirecionamento do campo investigativo.

Foi neste contexto que, por indicação docente, conhecemos a Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoquiã. A primeira visita revelou instituição complexa e multidimensional, cujas ações evidenciavam forte presença da cultura afro-brasileira, particularmente vinculada ao candomblé. Observamos símbolos religiosos, registros fotográficos de atividades comunitárias e narrativas que articulavam fé, cultura e compromisso social.

O acesso ao campo, entretanto, não se deu sem resistências. Pai Renato, uma das lideranças, manifestou inicialmente desconfiança em relação a pesquisadores acadêmicos, expressando sentimento de instrumentalização: "colocamos a utilização do espaço para pesquisas, e não conseguimos perceber o retorno, nos sentimos cobaias". Esta fala provocou reflexão fundamental sobre ética da pesquisa e responsabilidade do investigador para com os sujeitos participantes. Para tal, o Clifford (1998) argumenta que a etnografia contemporânea deve ser concebida não como experiência e interpretação de realidade circunscrita e alheia, mas como negociação construtiva envolvendo pelo menos dois sujeitos conscientes e politicamente significativos.

Deste modo, o presente artigo estrutura-se em seções que contemplam: fundamentação teórica sobre identidade, raça e cultura afro-brasileira; caracterização do campo de pesquisa e dos sujeitos participantes; explicitação dos procedimentos metodológicos adotados; apresentação e análise dos resultados obtidos; e considerações finais sobre as contribuições do estudo para compreensão dos processos identitários em espaços de resistência cultural.

## **2- METODOLOGIA**

Esta investigação caracteriza-se como pesquisa qualitativa de orientação etnográfica, buscando aproximação compreensiva da realidade dos sujeitos envolvidos, privilegiando dinâmicas de vida individual e coletiva. Segundo Minayo (2002, p. 21), "a



pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, com o nível de realidade que não pode ser quantificado", focalizando universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

O método etnográfico, conforme Peirano (2006), proporciona interação dialética entre teoria e campo empírico, configurando-se como forma de ver e ouvir, maneira de interpretar e perspectiva analítica que coloca teoria em ação. A etnografia não se reduz a conjunto de técnicas de coleta de dados, mas constitui postura epistemológica que reconhece complexidade e agência dos sujeitos pesquisados.

Em relação ao campo de pesquisa constitui-se pela Casa de Cultura Ilé Asé, no qual a instituição desenvolve atividades socioculturais relacionadas à cultura afro-brasileira, incluindo grupos culturais, palestras, oficinas e projetos sociais diversos. Característica singular desta instituição reside na articulação de três dimensões: terreiro de candomblé, onde se desenvolvem práticas religiosas e rituais de matriz africana; organização do terceiro setor, que executa projetos socioassistenciais para comunidade circunvizinha e residência familiar das lideranças, Mãe Tuca e Pai Renato.

No que tange aos participantes da pesquisa, consistem em onze sujeitos, incluindo: dirigentes da Casa de Cultura (Mãe Tuca e Pai Renato); colaboradores que atuam nas atividades desenvolvidas; mães das crianças e jovens assistidos pela instituição; e usuários adultos que frequentam o espaço. A seleção dos participantes pautou-se pela diversidade de vínculos com a instituição, buscando contemplar múltiplas perspectivas sobre processos identitários ali desenvolvidos.

No que se refere aos procedimentos de coleta de dados foram adotados três métodos principais de coleta de dados: observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. A observação participante, foi desenvolvida ao longo de um ano e meio, permitiu acompanhamento sistemático das atividades cotidianas da Casa de Cultura, incluindo oficinas culturais, celebrações religiosas, reuniões organizacionais, momentos de convivência informal e eventos públicos. Registros foram realizados em diário de campo, incluindo descrições de ambientes, interações sociais, manifestações culturais e reflexões analíticas da pesquisadora. Seguindo com as entrevistas semiestruturadas, compreendidas como aquelas que partem de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativas que surgem à medida que se recebem respostas dos informantes (TRIVIÑOS, 1987). Foram realizadas entrevistas individuais com os



onze participantes, gravadas mediante autorização e posteriormente transcritas integralmente.

Por fim, análise documental que contemplou exame de documentos institucionais (estatuto, projetos desenvolvidos, relatórios de atividades), materiais de divulgação, registros fotográficos, certificados de parcerias e correspondências. Segundo Lüdke e André (1986, p. 38), análise documental "constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema".

### 3- REFERENCIAL TEÓRICO

#### **Identidade, Raça e Etnicidade: Debates Conceituais**

As Ciências Sociais brasileiras evidenciam distinção teórica entre os conceitos de raça e etnia, com predileção pela utilização do termo étnico, particularmente a partir da segunda metade do século XX. Esta preferência relaciona-se à compreensão de que o conceito de raça, historicamente mobilizado para naturalizar hierarquias e legitimar dominações, carrega conotações ideológicas problemáticas. Nessa perspectiva, a etnicidade fundamenta-se como identidade social caracterizada por parentesco metafórico ou fictício, enquanto grupos raciais constituem espécies de grupos étnicos formados ou baseados na ideia socialmente construída de raça (GUIMARÃES, 2005).

No contexto brasileiro, Munanga (2009) observa que o processo de construção da identidade negra configura-se de forma ambígua, enfatizando duas dimensões principais: aspectos culturais e marcadores de cor. Os processos reivindicatórios desenvolveram-se em ambos os campos, propiciando elaboração da categoria "afrodescendência", que contempla simultaneamente dimensões culturais, fenotípicas e políticas, como evidenciam as discussões sobre políticas de ações afirmativas no ensino superior.

Desta forma, o processo de construção da identidade do povo negro brasileiro perpassa múltiplos entraves históricos, políticos, psicológicos e linguísticos (MUNANGA, 2009; DOMINGUES, 2005). Para discutir identidade cultural afro-brasileira, faz-se necessário debate analítico sobre movimento negro e construção identitária deste segmento, estabelecendo articulações com categorias como negritude, religiosidade e representatividade – elementos presentes na história para compreensão de processos de valorização da cor, cultura, costumes e linguagem. Silva (2010) argumenta que identidade e diferença constituem criações sociais e culturais produzidas em processos de diferenciação e pertencimento, respondendo às questões "quem somos" e



"quem não somos". Tais construções operam na busca de distinção e separação, validando relações de poder e mantendo determinada ordem social. Nesse sentido, políticas de identidade não se reduzem a expressões culturais desvinculadas de dimensões materiais e estruturais; antes, articulam-se a sistemas de dominação e resistência que permeiam a organização social.

### **Representatividade, Rememoração e Resistência**

Refletir sobre processos de construção identitária coletiva exige compreender dimensões de representatividade que cada grupo ou indivíduo mobiliza. Na busca desta representatividade, coletividades dialogam nos campos ideológico, político e histórico. Este discurso evidencia-se na afirmação de Mãe Tuca, liderança da Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã: "a minha casa é casa de preto, eu nunca vou negar minha raiz".

Tal enunciação reforça construção identitária assumida conscientemente, articulando múltiplas dimensões: mãe de santo, mulher preta, liderança de organização social – características que podem ser interpretadas nos campos político, histórico e ideológico. Compreende-se, portanto, que questões identitárias e étnicas partem de ponto fundamental: lembrar as raízes (MUNANGA, 2009).

Segundo Munanga (2009), esta rememoração acontece para validar lutas de grupos ou movimentos sociais, fazendo com que conflito e enfrentamento se convertam em mecanismos utilizados para construção de liberdade frente à discriminação e exclusão. Trata-se de representatividade que transcende esfera individual, alcançando dimensão coletiva e política.

Hall (2005) argumenta que identidades culturais não são fixas, essenciais ou permanentes; ao contrário, estão sujeitas a transformações históricas constantes. Na modernidade tardia, identidades tornaram-se fragmentadas, descentradas e múltiplas, refletindo complexidades das sociedades contemporâneas. Todavia, para populações historicamente oprimidas, processos de afirmação identitária constituem estratégias políticas fundamentais de resistência e luta por reconhecimento.

Gilroy (2001), em sua análise sobre Atlântico Negro, propõe compreensão transnacional e diaspórica da cultura negra, superando nacionalismos essencialistas. O autor argumenta que experiências de escravidão, deslocamento forçado e diáspora produziram formações culturais híbridas que não podem ser reduzidas a identidades nacionais fixas. A cultura afrodiaspórica constitui-se como espaço de troca, circulação e transformação, onde memórias africanas se rearticulam em contextos americanos.

### **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**



A Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã enquadra-se no denominado terceiro setor, caracterizado por organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que desenvolvem ações de interesse público. A ampliação dessas organizações no Brasil intensificou-se na década de 1990, "período marcado pela crescente participação das ONGs na criação e execução de ações sociais voltadas a diversos segmentos da população" (MALVASI, 2008, p. 610). Segundo Malvasi (2008), este momento histórico caracterizou-se pela consolidação de ideias de participação comunitária e protagonismo social no desenvolvimento de ações coletivas. As ONGs passaram a se posicionar a partir de categorias transversais – juventude, gênero, raça, cultura, direitos humanos –, construindo projetos alinhados aos interesses de financiadores públicos e privados para captação de recursos.

Gohn (2012) observa que organizações do terceiro setor operam em espaços de educação não formal, desenvolvendo processos educativos que transcendem ambientes escolares formais. Tais processos caracterizam-se por maior flexibilidade curricular, participação voluntária, metodologias vivenciais e articulação direta com demandas comunitárias concretas.

As ONGs organizam-se direcionando temáticas que envolvem questões sociais, culturais e socioeconômicas, trazendo perspectiva de participação voluntária de beneficiários nas ações programadas. Cada instituição constrói rede para captação de recursos financeiros, estabelecendo parcerias com órgãos governamentais, empresas privadas, agências internacionais de cooperação e fundações filantrópicas.

### **Candomblé, Ancestralidade e Resistência Cultural**

A Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã tem como dirigentes Mãe Tuca e Pai Renato, sacerdotes iniciados há mais de duas décadas em religião de matriz africana: o candomblé. Segundo Prandi (2001, p. 44):

O candomblé iorubá, ou jeje-nagô, como costuma ser designado, congregou, desde o início, aspectos culturais originários de diferentes cidades iorubanas, originando-se aqui diferentes ritos, ou nações de candomblé. Pai Renato refere-se a "tronco linguístico" para designar influências e costumes dos povos africanos no candomblé brasileiro, afirmando: "somos povos de iorubá". Esta enunciação indica origem, raízes ancestrais, construindo legitimidade identitária relacionada à vivência e pertencimento. Segundo Prandi (2001), esta rede estabelece tentativa de conexão simbólica entre terreiros brasileiros e África através das divindades (orixás), configurando o que Pai Renato denomina "vivência da ancestralidade". Para ele, faz-se necessário compreender origens



para adquirir conhecimento e garantir representatividade do povo negro através da oralidade: "não temos bíblia, nós não temos alcorão, nós temos a oralidade, então, a diáspora trouxe pra nós como herança sagrada, não só o culto aos orixás divinizados, mas acima de tudo o conhecimento através da oralidade". Observa-se nesta narrativa valorização do ensinamento transmitido geracionalmente, referenciando processo de construção identitária cultural mediante resgate histórico.

As religiões afro-brasileiras, particularmente o candomblé, constituem territórios de resistência epistêmica, preservando cosmovisões, práticas rituais, línguas, organizações sociais e sistemas de conhecimento de matriz africana. Conforme Carneiro (2005), tais religiões representam quilombos epistemológicos, espaços onde saberes subalternizados pela colonialidade encontram condições de preservação, recriação e transmissão.

Todavia, estas religiões enfrentam sistematicamente intolerância religiosa, discriminação e violência. Segundo Silva (2007), o candomblé e demais religiões afro-brasileiras são frequentemente estigmatizadas, demonizadas e criminalizadas, refletindo persistência de estruturas coloniais racistas que associam negritude a manifestações culturais consideradas inferiores, primitivas ou diabólicas. Goffman (1981) teoriza que estigma constitui atributo social desqualificador que reduz indivíduos ou grupos de status social pleno a pessoa desacreditada. No caso das religiões afro-brasileiras, o estigma articula-se ao racismo estrutural, produzindo violências simbólicas e materiais que atingem praticantes, terreiros e manifestações culturais associadas.

#### **4- RESULTADOS E DISCUSSÃO**

##### **Territorialidade Afrodiaspórica: Articulações entre Terreiro, ONG e Residência**

Os resultados da investigação evidenciam que a Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoquiã configura-se como território de resistência afrodiaspórica, onde cultura manifesta-se como instrumento de emancipação, dignidade e transformação social. A convivência entre três dimensões – terreiro de candomblé, organização não governamental e residência familiar – produz arranjo institucional singular que permeia todas as decisões e ações desenvolvidas.

Esta tríade institucional não constitui mera justaposição de funções, mas articulação orgânica que fundamenta a filosofia de atuação da Casa de Cultura. Nas palavras de Mãe Tuca:

Aqui tudo se mistura, porque a gente não separa a vida da fé, a fé do trabalho social. Quando a gente cuida das crianças, a gente tá



cuidando dos filhos de Orixá. Quando a gente faz uma roda de conversa sobre racismo, a gente tá fazendo trabalho espiritual também. (Mãe Tuca, transcrição de fala, maio de 2019).

Esta fala revela cosmovisão integral que recusa dicotomias modernas/coloniais entre sagrado e profano, público e privado, político e religioso. Conforme teoriza Sodré (1988), as culturas de matriz africana operam a partir de lógica do terreiro, onde todas as dimensões da vida humana encontram-se integradas em comunidade-terreiro, espaço simultaneamente religioso, familiar, político, educativo e territorial.

A raiz religiosa do espaço constitui elemento fundante que impulsiona o desejo de suas lideranças de promover cultura afro-brasileira, buscar empoderamento comunitário e desenvolver ações sociais transformadoras. Não se trata de instrumentalizar religião para fins sociais, mas de reconhecer que, nas tradições de matriz africana, compromisso ético-comunitário constitui dimensão intrínseca da espiritualidade.

#### **“Orgulho de Ser Preto”: Resignificação de memórias e construção de identidade**

Conforme relatos dos participantes, a Casa de Cultura promove "orgulho de ser negro", ressignificando memórias de dor em experiências de poder, alegria e autodeterminação. Esta dimensão confirma o que Gonzalez (1988) denomina amefricanidade – conceito que propõe reconhecer interconexões culturais e políticas entre povos africanos e latino-americanos, valorizando heranças comuns e resistências compartilhadas.

Mãe Tuca enfatiza repetidamente: "a minha casa é casa de preto, eu nunca vou negar minha raiz". Esta afirmação não representa apenas declaração identitária pessoal, mas posicionamento político que estrutura todas as ações institucionais. A Casa não busca neutralidade racial ou universalismo abstrato; ao contrário, assume explicitamente compromisso com população negra, reconhecendo especificidades históricas, culturais e políticas deste segmento.

Todavia, embora possua caráter religioso vinculado ao candomblé, a Casa de Cultura não atende exclusivamente adeptos de religiões de matriz africana. Observou-se que usuários pertencem a diferentes tradições religiosas – incluindo católicos, evangélicos e sem religião definida –, evidenciando que instituição desenvolve acolhimento plural baseado em necessidades sociais concretas da comunidade, independentemente de pertencimento religioso.

Uma mãe de três crianças atendidas pela Casa, que se declara evangélica, relata:

No começo eu tinha medo de trazer meus filhos aqui por causa da religião. Na minha igreja falam que candomblé é coisa do demônio.



Mas eu vi o trabalho sério que é feito, o carinho que têm com as crianças, as atividades educativas. Hoje eu sei que aqui é lugar de amor, de cuidado, de respeito. Meus filhos aprenderam sobre a história dos negros, sobre a África, sobre respeitar as diferenças. Isso não tem religião, isso é educação. (Transcrição de fala, junho de 2019).

Este depoimento evidencia que Casa de Cultura constrói legitimidade social que transcende fronteiras religiosas, fundamentando-se em reconhecimento comunitário sobre qualidade e relevância das ações desenvolvidas. Simultaneamente, revela persistência de preconceito religioso contra religiões afro-brasileiras, que mesmo em contextos de reconhecimento de suas contribuições sociais, permanecem estigmatizadas e demonizadas.

### **Articulação com Políticas Públicas de Educação e Igualdade Racial**

As práticas desenvolvidas no Ilé Asé D'Osoguiã dialogam diretamente com políticas públicas de educação para relações étnico-raciais previstas na Lei Federal nº 10.639/2003, que estabelece obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica. Ao oferecer cursos e oficinas sobre história e cultura afro-brasileira para crianças, adolescentes e comunidade em geral, instituição atua como extensão comunitária dessas políticas, contribuindo para efetivação do direito à diferença e à memória.

Observou-se que Casa de Cultura desenvolve conteúdos educativos alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (Resolução CNE/CP nº 1/2004), incluindo: história da África e dos africanos; cultura negra brasileira; negro na formação da sociedade nacional; contribuições do povo negro nas áreas social, econômica e política; valorização de personalidades negras históricas e contemporâneas. Uma colaboradora que coordena oficinas culturais explica:

A gente trabalha conteúdos que muitas vezes a escola não trabalha ou trabalha de forma superficial. As crianças chegam aqui sabendo quem foi Zumbi dos Palmares, mas não sabem quem foi Dandara. Sabem sobre escravidão, mas não sabem sobre reinos africanos, sobre cientistas negros, sobre nossa contribuição pra construção deste país. A gente busca preencher essas lacunas, mostrar que história do povo negro não começa nem termina na escravidão. (Transcrição de conversa, junho de 2019, grifo nosso).

Este relato evidencia compreensão crítica sobre limitações das abordagens escolares convencionais, que frequentemente reduz a historicidade do povo preto a escravizados, invisibilizando a conhecer produções culturais e contribuições civilizatórias dos povos negros. A Casa de Cultura opera, portanto, pedagogia afrocentrada que



reposiciona população negra como sujeito histórico ativo, produtor de conhecimentos, culturas e tecnologias.

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoquiã constitui exemplo concreto de como identidade negra se (re)constrói em meio à adversidade, reafirmando poder da ancestralidade, da coletividade e da resistência cultural. Sua existência desafia lógica excludente da colonialidade, demonstrando que lutas antirracistas não se restringem a demandas por inclusão em estruturas existentes, mas implicam construção de alternativas civilizatórias fundamentadas em epistemologias, valores e práticas de matriz africana.

O estudo evidencia que instituição transcende noções convencionais de organização cultural ou religiosa, configurando-se como território de decolonização onde saberes ancestrais dialogam com demandas contemporâneas de justiça social. A articulação singular entre terreiro, ONG e residência familiar produz arranjo institucional que sustenta rede de solidariedade, acolhimento e transformação social.

As práticas educativas desenvolvidas na Casa de Cultura exemplificam pedagogia da resistência baseada em ancestralidade, cuidado e afirmação da vida. Através de oficinas culturais, celebrações religiosas, rodas de conversa, acompanhamento educacional e ações assistenciais, instituição promove ressignificação de memórias dolorosas em experiências de poder, orgulho e alegria, construindo consciência crítica sobre racismo estrutural e fortalecendo identidade negra positiva.

Os resultados confirmam relevância de organizações comunitárias de base na implementação de políticas de igualdade racial, particularmente em contextos onde Estado e escola formal apresentam limitações estruturais. A Casa de Cultura opera como extensão comunitária da Lei nº 10.639/2003, desenvolvendo educação para relações étnico-raciais que transcende cumprimento burocrático de determinações legais, fundamentando-se em compromisso existencial com valorização da negritude.

A persistência da intolerância religiosa contra religiões afro-brasileiras constitui achado preocupante, revelando que avanços legais no reconhecimento de direitos não se traduziram em transformação substantiva de práticas sociais discriminatórias. Episódios de violência simbólica e material contra terreiros evidenciam articulação entre racismo e intolerância religiosa, demandando políticas específicas de proteção, reparação e promoção da liberdade religiosa.

Compreender a Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoquiã significa abranger um espaço de resistência que ensina que luta contra racismo constitui, fundamentalmente, luta pelo



reconhecimento da humanidade plena do povo negro e pela reconstrução simbólica, epistêmica e material do Brasil. A instituição demonstra que outro mundo é possível quando nos fundamentamos em valores civilizatórios de matriz africana: comunidade, ancestralidade, solidariedade, respeito à diferença e compromisso com justiça.

Conclui-se afirmando que Casa de Cultura Ilé Asé D'Osoguiã, ao articular fé, cultura e luta social, materializa princípio fundamental das tradições africanas, não há separação entre dimensões da vida; tudo está interconectado, e transformação individual só se realiza plenamente quando articulada à transformação coletiva. Este ensinamento ancestral permanece profundamente relevante para sociedades contemporâneas marcadas por fragmentações, individualismos e desigualdades estruturais.

## 6- REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, S. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CLIFFORD, J. A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2005.
- GILROY, P. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- GOHN, M. G. Educação não formal e cultura política. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GUIMARÃES, A. S. A. Classes, raças e democracia. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MALVASI, P. A. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural. Interface: Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, n. 26, p. 605-617, 2008.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- PRANDI, R. **Mitologia dos orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, V. G. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

